



FOGUEIRA DIGITAL: RODA DE CONVERSA COM LIDERANÇAS INDÍGENAS

© Renato Soares



Secretaria de Organização e Formação Político-sindical da UGT

TIRAM NOSSAS TERRAS, DESTROEM NOSSA CULTURA E COSTUMES



Desde a sua fundação, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) tem em sua Comissão Executiva a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas, com o objetivo de organizar, coordenar e atuar para defender os povos indígenas em suas diversas pautas. Essa representação, além de importante, se faz necessária para estabelecer o **Diálogo Social** junto às esferas públicas, sejam elas regionais e/ou nacionais.

Nesse sentido, a UGT através da Secretaria de Organização e Formação Político - sindical, firmou parceria com o Solidarity Center para realizar as **FOGUEIRAS DIGITAIS**, visando, entre outras questões, formalizar quatro propostas de políticas públicas voltadas aos trabalhadores(as) indígenas, uma em cada Estado alvo do projeto. Os estados são: **Mato Grosso do Sul, Amazonas, Ceará e Tocantins.**

Para além dos desafios territoriais (invasão de suas terras), os povos indígenas enfrentam problemas como racismo, preconceito, violação aos direitos das mulheres, trabalho análogo à escravidão, falta de acesso à saúde, educação e serviços públicos, além da alimentação escassa e pobre em nutrientes.



As oficinas da UGT em cada um dos estados visam apresentar, pelo menos, uma ação de *advocacy* de políticas públicas, num total de pelo menos três para o período do projeto.

As **FOGUEIRAS DIGITAIS** contaram com a presença de lideranças indígenas, cujo objetivo foi ouvi-las e discutir as necessidades dos povos originários, além de reforçar e fortalecer a aliança da UGT com os povos indígenas.

A seguir, apresentamos alguns levantamentos que puderam ser feitos durante a escuta nessas Fogueiras Digitais.



FOGUEIRA DIGITAL:
MATO GROSSO DO SUL

© Renato Soares

ESTÃO NOS MATANDO COM BALAS E CANETAS

A Fogueira Digital – Mato Grosso do Sul ocorreu no dia 15 de junho de 2023. Participaram desta atividade autoridades da UGT e de órgãos que visam os interesses dos povos indígenas e 62 inscritos, entre eles lideranças indígenas e sindicalistas de sete estados brasileiros: Mato Grosso do Sul, São Paulo, Tocantins, Ceará, Amazonas, Bahia e Pernambuco.

Estiveram presentes Povos de 15 etnias: Munduruku, Terena, Pitaguarí, Karajá, Kariú Kariri, Guarani Kaiowa, Ka- diwéu, Kambeba, KoKama, Kulina, Tikuna, Tukano, Xavante, Karapano e Mura.

Trabalhadores e lideranças indígenas ali reunidos apontaram algumas das principais dificuldades para sobreviver com dignidade e justiça. Entre elas, chama a atenção o medo de perderem suas terras, suas culturas e, pior, serem obrigados a morar nas periferias das grandes cidades.

FOTO Renato Soares



VIVEMOS DA TERRA, MAS NÃO SOMOS DONOS DELA

A população indígena brasileira, segundo resultados do último Censo Demográfico (IBGE-2022), consiste em mais de 1.652.876 de pessoas. São 305 etnias e 274 línguas indígenas, numa realidade em que mais de 500 mil vivem nas periferias das cidades.

É a população que tem a menor taxa de participação no mercado de trabalho, a segunda maior taxa de desemprego e o nível mais elevado de profissionais em postos informais. A baixa escolaridade e a maior exposição ao emprego informal agravam a sua vulnerabilidade.*

Durante suas falas, as lideranças indígenas foram unânimes quanto aos problemas que os atingem: preservação de suas culturas e costumes e garantia de suas terras, territórios ameaçados pelo Projeto do Marco Temporal, que é uma tese jurídica que defende que os indígenas só têm direito a uma terra se já estivessem ocupando-a no momento da promulgação da Constituição de 1988. Esse Projeto de Lei é defendido no Congresso Nacional, principalmente pela bancada ruralista e pelos neoliberais.



© Renato Soares

Além do desafio de protegerem seus territórios contra as constantes **invasões de suas terras**, os povos indígenas do Mato Grosso do Sul relataram outros problemas como a difícil inserção no mercado de trabalho, fruto da **ausência de escolas** de qualidade para preparar os jovens profissionalmente.

Os problemas do dia a dia atingem e dificultam muito a vida da população indígena daquele estado, entre eles: **o difícil acesso à saúde**, a total ausência de políticas públicas, o descaso dos

governos para tratar de suas demandas e necessidades, os problemas com racismo, preconceito, violação aos direitos das mulheres, trabalho análogo à escravidão, e uma alimentação escassa e pobre em nutrientes.

Como resultado dos debates e relatos ocorridos na Fogueira Digital do Mato Grosso do Sul, foi elaborado um documento com propostas de políticas públicas para ser entregue e protocolado junto às autoridades e governos, através das lideranças indígenas e da UGT estadual.



FOTO Renato Soares

**FOGUEIRA DIGITAL:
AMAZONAS**

NÃO TEMOS DIREITO À EDUCAÇÃO, SAÚDE, EMPREGO E SEGURANÇA

A Fogueira Digital realizada em Manaus (AM) foi rica em relatos e experiências expostas pelas lideranças indígenas dos Estados do Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Paraná, Pará, Roraima, e São Paulo, das etnias Karajá, Pitaguary, Guarani Kayowa, Terena, Kokama, Mura, Tikuna, Kambeba, Kulina, Tukano, Munduruku, Xavante, Bare, além da presença de um afrodescendente, um afro-indígena e três indígenas da etnia Warao, da Venezuela.

A NOSSA LUTA PELO DIREITO À VIDA É CONSTANTE!

As lideranças indígenas das diversas etnias presentes relataram inúmeras dificuldades de sobrevivência como a **ausência de escolas** próximo as aldeias, e as poucas existentes não têm conteúdo programático voltado à realidade dos povos indígenas. Além disso, os municípios, através de suas prefeituras, não têm qualquer respeito pela formação acadêmica dos professores que contratam e, lamentavelmente, os colocam para ensinar uma matéria totalmente desconhecida pelo profissional, que fica sem qualquer condição



para exercer suas funções. O pior é que penalizam o próprio professor, com afastamentos ou demissões. Isso caracteriza um total desprezo pelos poderes locais com o direito à educação desses povos.

Outro ponto debatido foi a situação ou a **falta de acesso à saúde**. Todos os líderes relataram a falta de postos de saúde próximos as aldeias, e mesmo os que existem nos centros urbanos não são capacitados para cuidar da saúde indígena, dificultando o diagnóstico e tratamento das doenças, fator que contribui, tristemente, para o número crescente de óbitos, principalmente de crianças.

A **falta de segurança** dos povos indígenas, principalmente nas calhas dos rios e nas aldeias é outro importante desafio de sobrevivência. O **narcotráfico** nas diversas regiões, principalmente nos estados do norte do país, é uma ameaça à vida desses povos, particularmente para as **mulheres indígenas**, as quais sofrem agressões e muitas vezes são estupradas e até raptadas para servir os traficantes. Isso para não falar dos garimpeiros que invadem aldeias, **matam e escravizam, principalmente, as indígenas adolescentes**.



**TIRAM NOSSAS TERRAS,
DESTROEM NOSSA CULTURA E COSTUMES**

Outra questão debatida diz respeito ao direito à terra. Infelizmente, todas as lideranças indígenas presentes relatam a preocupação com os **invasores** de suas terras, seja pelos agricultores, empresas de mineração ou pela pecuária.

Muitos territórios, apesar de já demarcados, são invadidos e, terrivelmente, quando os verdadeiros donos, que são os indígenas, resolvem reclamar ou reivindicar seus direitos territoriais, são recebidos a bala pelos jagunços contratados por esses invasores. **A luta contra o Marco Temporal**, Projeto de Lei que está em tramitação no Congresso Nacional, é de todas as nações indígenas existentes no Brasil.

O direito ao trabalho ou **emprego decente praticamente não existe**. Os adultos, e até mesmo os jovens em formação, são submetidos ao trabalho análogo à escravidão por empresas inescrupulosas, que aproveitam tais dificuldades para ampliar seus lucros. A principal dificuldade que os indígenas têm para uma colocação no mercado de trabalho é a total falta de qualificação profissional, pois não existe qualquer educação voltada para atender esses trabalhadores.



© Renato Soares

Há um **preconceito** da população não indígena, até mesmo das empresas que realizam atividades dentro das aldeias que ignoram a **mão de obra local**, levando seus próprios funcionários.

Infelizmente, os relatos e as experiências de sobrevivência desses povos são revoltantes e alarmantes. As injustiças praticadas pelas empresas, por parte da população branca e pelo próprio Estado brasileiro, tem colocado em risco a existência de inúmeras etnias. As **invasões** de suas terras e a falta de políticas públicas que atendam as **necessidades básicas** dessas populações têm causado a morte, a fome, o desemprego, a desproteção e, mais grave, o **extermínio** de suas culturas, crenças e costumes.

Nesse sentido, o principal objetivo das **FOGUEIRAS DIGITAIS** é ouvir as necessidades dessas lideranças e elaborar um documento com propostas de políticas públicas, reivindicando soluções imediatas que garantam melhores condições de vida para nossos povos originários. Esses documentos serão entregues às autoridades políticas dos municípios, Estados e federação.



© Renato Soares

FOGUEIRA DIGITAL:
CEARÁ

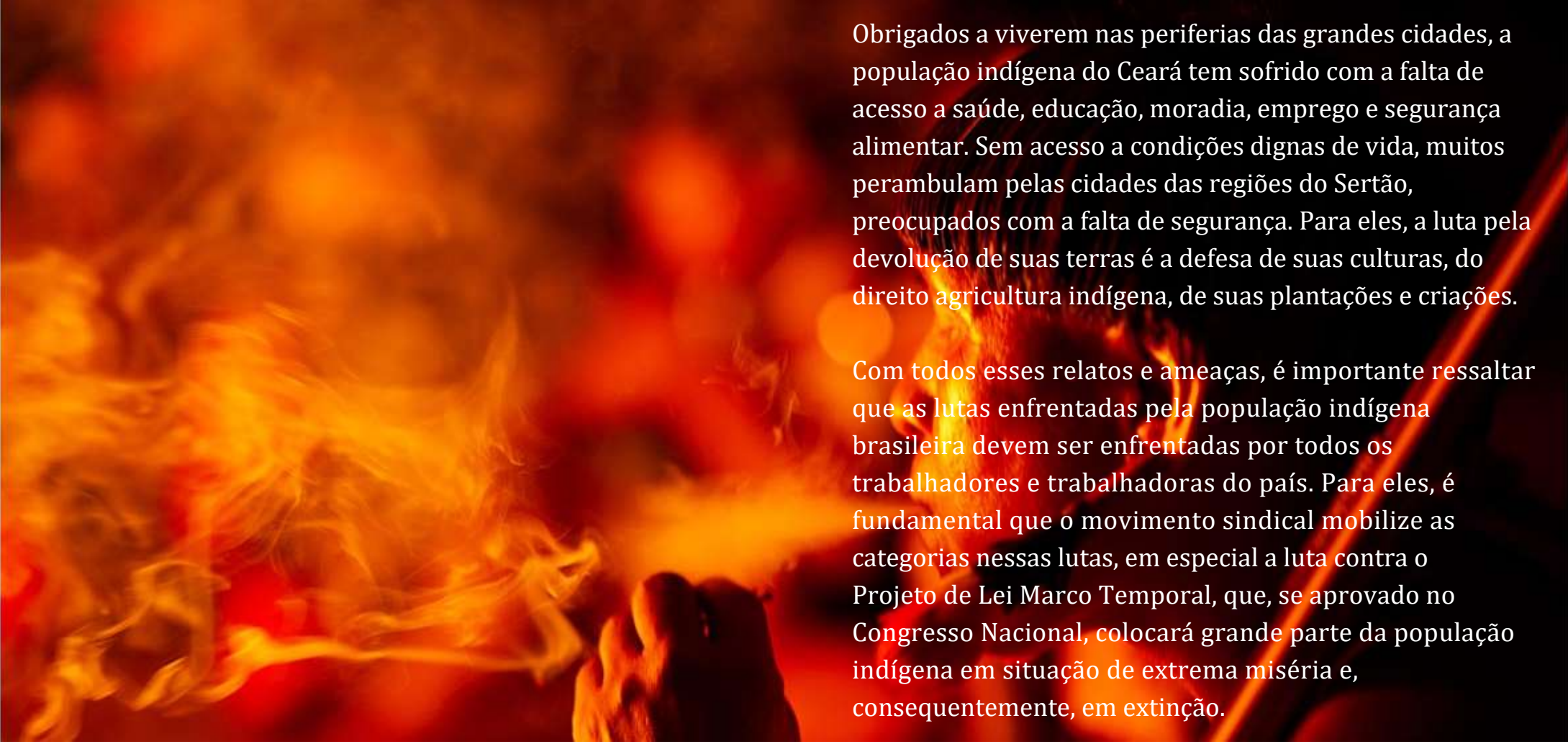
FOTO - Renato Soares



INDÍGENAS DO CEARÁ LUTAM PELA SUA EXISTÊNCIA!

No dia 2 de agosto de 2023, a **FOGUEIRA DIGITAL** realizada no Ceará contou com lideranças indígenas de várias etnias: Tremembé, Pitaguary, kixara-tapuia, kariu-kariri, do Ceará; Kokama, e Kambeba do Amazonas; Guarani Kayowa e Terena do Mato Grosso do Sul; e Purupuru e Karaja do Tocantins.

É chocante constatar a realidade da população indígena do estado do Ceará, que foi **declarada extinta**, desde 1863, através de decreto assinado pelo então presidente da Província do Ceará, José Bento da Cunha Figueiredo. Por mais de 100 anos da história oficial do Ceará, os povos indígenas vivenciam um processo de **recuperação étnica**. E apenas em 14 de maio de 2012 ocorreu uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Ceará para discutir o tal decreto ou relatório provincial de 1863. **“Expulsos de nossas terras, somos obrigados a sobreviver nas periferias das grandes cidades.”** – Cacique Garcia, da etnia Kixará Tapuia.



Obrigados a viverem nas periferias das grandes cidades, a população indígena do Ceará tem sofrido com a falta de acesso a saúde, educação, moradia, emprego e segurança alimentar. Sem acesso a condições dignas de vida, muitos perambulam pelas cidades das regiões do Sertão, preocupados com a falta de segurança. Para eles, a luta pela devolução de suas terras é a defesa de suas culturas, do direito agricultura indígena, de suas plantações e criações.

Com todos esses relatos e ameaças, é importante ressaltar que as lutas enfrentadas pela população indígena brasileira devem ser enfrentadas por todos os trabalhadores e trabalhadoras do país. Para eles, é fundamental que o movimento sindical mobilize as categorias nessas lutas, em especial a luta contra o Projeto de Lei Marco Temporal, que, se aprovado no Congresso Nacional, colocará grande parte da população indígena em situação de extrema miséria e, consequentemente, em extinção.

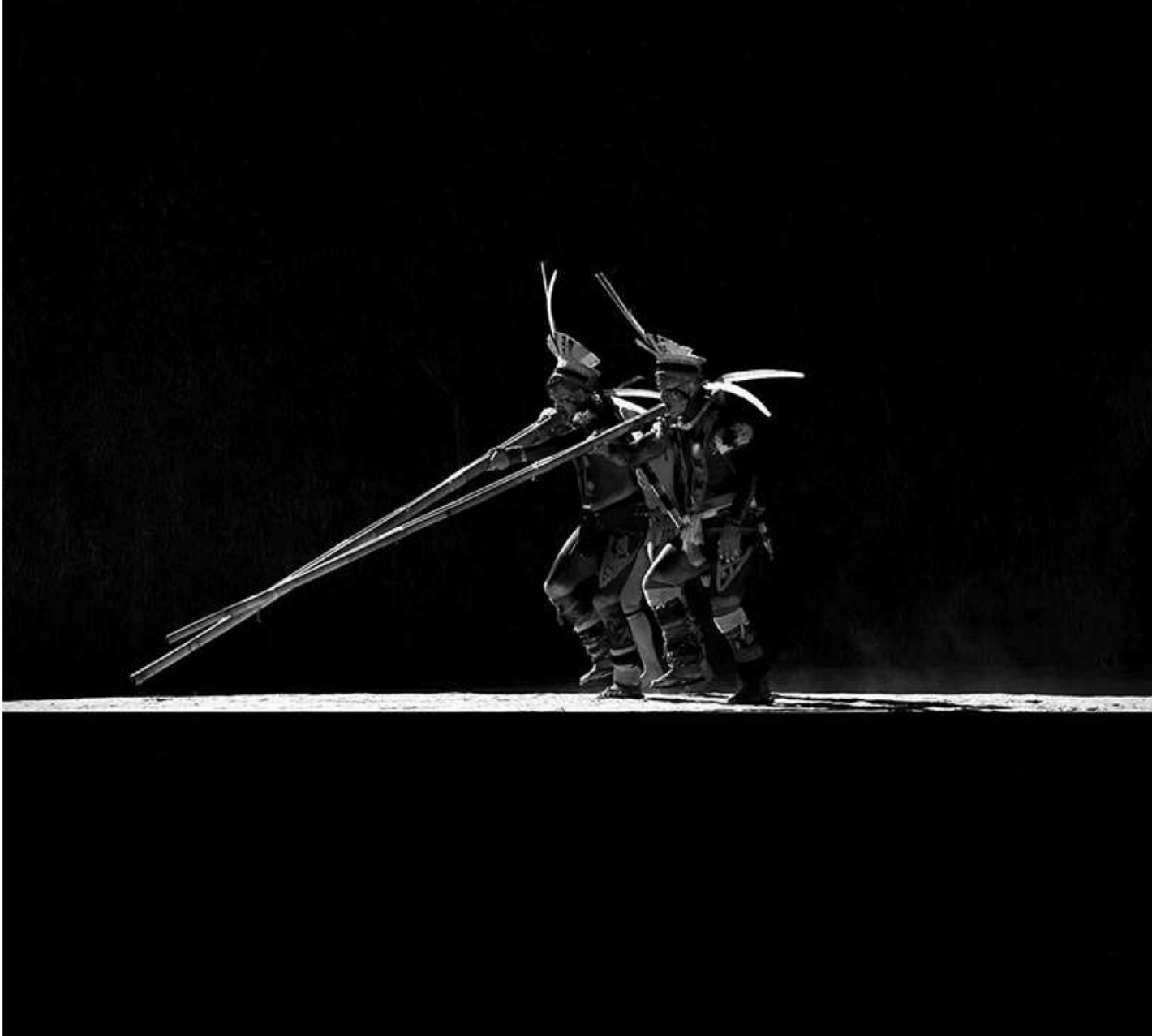


FOTO - [Renato Soares](#)

FOGUEIRA DIGITAL:
TOCANTINS



INDÍGENAS DE TOCANTINS EXIGEM O DIREITO A TERRA, À SAÚDE, À EDUCAÇÃO E AO TRABALHO DECENTE!

A **FOGUEIRA DIGITAL** do Tocantins, que ocorreu no dia 18 de setembro, no formato online, teve a participação de várias lideranças indígenas representadas por 13 etnias, e foi marcada por intensos debates e encaminhamentos de propostas às autoridades políticas municipais, estaduais e federais. Essa foi a última atividade do Projeto Fogueira Digital de 2023, realizado pela União Geral dos Trabalhadores (UGT), em parceria com o Instituto Solidarity Center (AFL-CIO), com a coordenação da Secretaria de Organização e Formação Político-sindical e da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas.

Lamentavelmente, ao longo da história, esses povos sofrem inúmeros problemas, inclusive correndo o risco de serem extintos. São graves as questões relacionadas com a perda de seus territórios, do direito ao acesso à saúde, à educação e ao trabalho decente. As crianças indígenas são as principais vítimas que, sem acesso aos serviços públicos de saúde e sem encaminhamentos médicos, têm adoecido onde muitos vão a óbito por causa de doenças como pneumonia e infecção intestinal.



NOSSO TERRITÓRIO NÃO É SÓ CHÃO E ÁRVORE!

Durante os debates, foi possível ouvir os relatos emocionados das lideranças indígenas do Tocantins, como o da jovem indígena Kamutaya Avá-Canoeiro, “O território não é só o chão e as árvores, são também as nossas culturas e costumes. Não deixamos de ser indígenas por usarmos roupas e saber dirigir.” Ela ainda completa, “Nós não podemos deixar de ser o que somos.”

A Educação Escolar Indígena deve ser, essencialmente, de responsabilidade da União (Governo Federal), evitando o desastre da municipalização, pois as prefeituras não têm condições de contratar profissionais capacitados para entender e falar as inúmeras línguas indígenas e compreender e respeitar suas crenças, culturas e costumes.

Por isso, é urgente a criação de Uma Secretaria responsável pela Educação Escolar Indígena, na estrutura do Ministério da Educação (MEC). Não existe mercado de trabalho para a população indígena, criando as condições para muitos trabalhadores serem vítimas do trabalho análogo a escravidão. A falta de uma qualificação profissional, a dificuldade de falar e entender o português, a discriminação e o preconceito são algumas barreiras enfrentadas pelos trabalhadores indígenas.



FOTO - Renato Soares

ALGUMAS SAÍDAS PARA ESTA DURA REALIDADE

Uma saída para essa dura realidade, é a criação de uma política autossustentável, voltada para as populações indígenas, com ênfase na Agricultura Familiar, com financiamento para investirem no plantio e no pescado, esse último em abundância em todo estado.

As lideranças reafirmaram que a situação da saúde indígena é a mais preocupante, e carece de ter uma rápida solução, pois é cada vez maior o número de mortes, principalmente entre as crianças e os idosos. De imediato, a proposta é a criação de uma Regulação Específica para os Povos Indígenas, vinculada a estrutura do Ministério da Saúde, e a participação dessa população nos Conselhos de Saúde, sejam os Municipais, Estaduais ou Federal.



*Fotos gentilmente cedidas por **Renato Soares***

Iniciou sua carreira na fotografia em 1986 e, desde então, realiza viagens para retratar as diferentes formas de expressão cultural dos grupos étnicos brasileiros. A identificação com o universo indígena vem desde a infância, e se consolidou logo nos primeiros contatos com tribos em áreas remotas do Amazonas e também através da profunda amizade que manteve com o sertanista Orlando Villas Bôas. Sua obra fotográfica já figurou em importantes exposições como “O Último Kuarup” - Masp/ 2006 e na mostra itinerante “A Última Viagem de Orlando Villas Bôas”, que percorreu 12 capitais brasileiras. Seu talento também foi reconhecido em Paris, em uma coletiva no Palais de la Découvert. *Krahô, os Filhos da Terra*, de 1996, foi seu primeiro livro. E vieram muitos outros, entre eles *Pavilhão da Criatividade* (1999), *Sondagem na Alma do Povo – Acervo de Arte Popular Brasileira do Museu Edison Carneiro* (2005, RJ), em parceria com Maureen Bisilliat; *Mar de Minas* (2008), um retrato dos 34 municípios no entorno do Lago de Furnas; *Universo Amazônico* (2012, SP); e *Minas Além das Gerais* (2012, MG). Atualmente se dedica integralmente ao seu projeto *Ameríndios do Brasil*, que busca resgatar através da fotografia o que temos de melhor de nossa cultura ancestral. O trabalho visa à criação e a construção de um grande acervo etnofotográfico brasileiro.

As imagens selecionadas neste e-book fazem parte do acervo do fotógrafo de etnias indígenas brasileiras, e não refletem necessariamente aquelas citadas nas regiões em que aparecem.

Realização

Secretaria de Organização e Formação Político-sindical
Secretaria Nacional dos Povos Indígenas

Apoio

Solidarity Center AFL/CIO

Textos

Jornalista Suely Torres

Produção

Lilian Correia Barbosa Serviços
São Paulo/SP

setembro de 2023



UGT – União Geral dos Trabalhadores
www.ugt.org.br